

Entre trânsitos e cárceres: os processos de (des)fazer a fronteira hispano-marroquina numa experiência prisional no Centro Penitenciário de Tetuão

Montserrat Valle Prada

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

mmonxi@gmail.com

Uma ponte entre a fronteira e o cárcere

Localizo, na fronteira hispano-marroquina, o eixo dessas páginas que, se bem adota formas palpáveis a partir de histórias e experiências transfronteiriças concretas, também se constrói na abstração e no dinamismo de seus contornos. Dessa maneira, a fronteira vai ganhar múltiplas representações no texto. Ela é o arame farpado do qual fala Gloria Anzaldúa (1987), mas também se palpa nos cruzamentos entre sistemas valorativos de modos de vida, rasgos constituintes das pessoas e marcos conceituais que alteram constantemente o seu espectro. A fronteira tem uma disposição espaço-temporal, porém, não só adota formas geopolíticas localizadas entre os territórios, senão que

sua expressão se manifesta em formas complexas que vão além das condições jurídico-administrativas e econômicas. Estou me referindo à fronteira como uma tecnologia de poder que possui condições de atuação múltiplas, um objeto que se constrói e se perpetua a partir de mecanismos de regulamentação, controle e gestão de fluxos e corpos.

A fronteira entre Ceuta, Espanha, e Tetuão, Marrocos, se consolida por 6,3 quilômetros de cercas de arame equipadas com dispositivos de vigilância no seu perímetro. A multiplicidade de experiências de vida que se produzem nesses cruzamentos fronteiriços possibilita analisar regimes de governamentalidade sobre certos trânsitos nos limites de ditos Estados. Através da história de Rita — principal interlocutora —, busco mostrar algumas relações que perpassam as experiências transnacionais e os significados dos muros entre sujeitos que habitam as bordas da fronteira hispano-marroquina. Da mesma forma que as autoras chicanas (ANZALDÚA; MORAGA, 1981) versam sobre as vivências transfronteiriças vinculadas ao corpo das mulheres de cor, busco entender a fronteira hispano-marroquina a partir do corpo de Rita como uma ponte tomada por múltiplas diferenças reveladas na sua experiência de encarceramento no Centro Penitenciário feminino de Tetuão, Marrocos, província adjacente à cidade espanhola de Ceuta.

Fazendo um paralelo entre a fronteira e o universo prisional (DAVIS; DENT, 2003), considero o cárcere como uma fronteira em si mesma pela própria partição dos muros ao determinar o dentro e o fora. Resultaria impossível conceber o dispositivo carcerário do Centro Penitenciário de Tetuão de forma isolada ao complexo jurídico-militar da fronteira hispano-marroquina, e vice-versa. Tal vinculação simbiótica ocorre pelo compartilhamento de tecnologias geopolíticas e econômicas de regulamentação e controle dos corpos. O presídio de

Tetuão está situado na franja fronteiriça hispano-marroquina, onde a circulação diária de pessoas e mercadorias entre Ceuta e Tetuão configura tanto a fronteira na sua dimensão local e transnacional, como as relações e distinções sociais que se dão nela. A interconexão de vivências, cotidianos, representações e tecnologias de gestão do corpo e do tempo, assim como as relações entre o dentro e o fora do presídio, colocam a prisão num *locus* de análise que nada deve à concepção da cadeia como uma entidade hermética.

Pensar a prisão de Tetuão como um espaço transfronteiriço permite-me debruçar sobre os limites nacionais dos Estados e identificar formas organizadas e atualizadas onde se desdobram, além de domínios de poder entranhados nas micropolíticas cotidianas — marcados por hierarquias raciais, de gênero, classe, religião e sexualidade —, também outras vivências atravessadas pela unidade penitenciária, como afetos, agenciamentos entre sujeitos e gestos de solidariedade balizados no dentro/fora da penitenciária feminina de Tetuão. Se a fronteira hispano-marroquina é a abordagem desta pesquisa, a prisão de Tetuão constitui a passagem narrativa na qual o relato de Rita se contextualiza.

A metodologia de pesquisa é resultado de uma série de entrevistas reunidas durante a experiência de campo na Espanha, entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017. Em viagem programada para a cidade de Barcelona, pude copilar e registrar detalhadamente a história de vida de Rita. Ela narrou situações que me transportavam a memórias passadas, agora não apenas compreendidas como contos já conhecidos senão como uma contribuição significativa para as discussões a respeito das relações e significados de fronteira. O nosso encontro, carinhoso e íntimo, se deve a uma revelação determinante para o curso desta escrita, Rita e eu temos uma relação afetiva de parentesco. Opto

por alterar seu nome como uma maneira de resguardar sua identidade. Assim, realizo uma imersão focada no relato de vivências, projetos e tensões que implicam um amplo leque de relações com os marcadores físicos e sociais da fronteira hispano-marroquina.

A experiência de campo traz à tona lembranças de inúmeras trocas familiares. Rita é minha tia paterna, filha caçula e única mulher entre cinco irmãos homens, de nacionalidade espanhola e criada em Torre-romeu, um bairro periférico da pequena cidade de Sabadell, localizada na província de Barcelona. Torre-romeu é um complexo de prédios e casas povoado inicialmente pela onda migratória procedente do sul da Espanha durante o período pós-guerra civil, no transcurso do século XX — como é o caso dos pais e irmãos de Rita, nascidos na periferia da província andaluza de Granada e conduzidos a um processo de deslocamento até habitar dito bairro. Atualmente, com uma população aproximada de 6.000 vizinhos, o bairro de Torre-romeu constitui uma das zonas da comunidade autônoma da Catalunha com uma maior porcentagem de população de etnia cigana e migrantes de origem marroquina e subsaariana.

A detenção penal

Dois dias após ser detida na fronteira hispano-marroquina, no dia 25 de fevereiro de 2012, Rita foi encarcerada, com 39 anos de idade, no Centro Penitenciário feminino da cidade de Tetuão. Tetuão se localiza na região norte de Marrocos, a uma distância de quarenta quilômetros da cidade espanhola de Ceuta. O fragmento de vida de Rita que vou relatar começa no momento da detenção. Rita se encontrava dirigindo seu carro por uma estrada em território marroquino próximo a Ceuta. No interior de outro carro que circulava na sua

frente estava Lola, uma conhecida também espanhola casada com um homem marroquino. As duas tinham acordado ir para Marrocos de viagem e quando chegassem lá, segundo a situação, veriam o que fazer, sendo cada uma responsável pelas consequências dos seus atos. Lola trasladava um pacote de *haxixe*¹ e tentava cruzar a fronteira hispano-marroquina de Ceuta. Negócio que, no caso de se efetivar, lhe brindaria com algum benefício econômico.

Nesse 25 de fevereiro de 2012, porém, o trajeto da droga foi interceptado por um operativo policial de registro ordinário no passo fronteiriço entre Marrocos e a cidade espanhola de Ceuta que, ao descobrir o pacote, não só deteve a Lola, senão também a Rita. “A gente marcou de não se delatar, mas ela me delatou. Deve ter achado que se me delatava iam soltar ela, mas ficou dentro também”, diz Rita, atribuindo a culpa de sua detenção em função da revelação de Lola. Assim, aproximadamente quinze policiais forçaram Rita a sair do carro, transportando-a no veículo oficial até a delegacia de Tetuão. Ao alegarem que se tratava unicamente do preenchimento de um trâmite burocrático-legal para a continuação da sua viagem, Rita permaneceu 48 horas no calabouço da delegacia, num quarto subterrâneo escuro, pequeno e sujo, sofrendo uma série de chantagens e enganos em total privação de liberdade, sem acesso a informações ou esclarecimentos em relação a sua situação. Desprovida de instruções, firmou sua própria sentença ao reconhecer que estava traficando drogas na sua incursão pelo país. Rita afirma:

Ao ser detida não me deixaram usar meus direitos, que eram: ter um tradutor e ligar para o Consulado de Espanha ou para a minha família. Não me deixaram. Me obrigaram a assinar um documento que eu não entendia, depois soube que dizia que eu concordava que a droga era minha. Como eu vou dizer isso? Nem que estivesse

1. *Haxixe* é um termo árabe que significa a resina extraída da planta de *Cannabis*.

idiota! Pois me fizeram assinar isso. E me meteram na prisão me culpando do que eles quiseram. Porque não entendia e aquilo [a droga] não era meu. Eu dizia: — que alguém me traduza isto! Eles diziam que no documento estava escrito que eu ia embora de lá.

Acreditando na promessa dos guardas sobre liberar ela em troca de assinar dita folha impressa, escrita em língua árabe na sua totalidade, Rita firmou em cego um documento cheio de carimbos da delegacia, sem entender nenhuma palavra do que estava anotado. Essa firma deu início a um complexo processo burocrático-administrativo localizado na fronteira entre Espanha e Marrocos que, daqui em diante, transformaria a vida de Rita. A digitalização da grafia árabe, juntamente à privação de acesso à assessoria jurídico-legal e tergiversação do conteúdo do texto, tornaram tal papel um território transfronteiriço opaco e indecifrável, especialmente decisivo no porvir da trajetória de Rita.

Acessando um domínio da administração pública na delegacia de Tetuão, observamos que, na rotinização do poder do Estado, os documentos burocráticos aparecem no cotidiano dos artefatos gestores dos trânsitos transfronteiriços. O documento assinado por Rita na delegacia autoriza declará-la portadora e, ainda, responsável pela droga interceptada na fronteira a partir de um relato concreto que adquire a condição de prova no posterior julgamento do caso, tido agora como “crime”. Este documento, determinante na trajetória penal e na experiência transfronteiriça de Rita, adquire uma função legal uma vez que inscreve nele a versão “verdadeira” dos fatos ocorridos. Certa gramática, comprometida com a criação do que Adriana Vianna (2014) chama de um “efeito de coerência”, sedimenta e arquiva a vida de Rita no papel.

Passados dois largos dias, Rita foi encaminhada para o Tribunal de Justiça de Tetuão, onde procedeu o julgamento do caso. O juiz e o advogado de ofício já esperavam na sala quando Rita se incorporou

e efetuou a declaração oral dos fatos. O processo de acusação penal se estendeu durante dois meses e foi composto por cinco julgamentos com tradutor integrado, ocorridos consecutivamente em intervalos de duas semanas entre cada um deles. Segundo Rita, o procedimento sequenciado dos julgamentos “pretendia criar um clima de suspense para exercer pressão sobre a família da acusada e receber quantias de dinheiro”, remunerações sobre as quais se reestabeleceria a sentença definitiva.

A assinatura que Rita rabiscou naquela declaração escrita na língua árabe virou contra ela no julgamento, tornando-se uma prova acusatória com peso suficiente para culpá-la de um delito com pena “privativa de liberdade”. Desse modo, no quarto julgamento se deliberou a sentença de Rita, condenada a dezoito meses de cárcere por “porte e tráfico ilícito de drogas”: *haxixe*. Finalmente, no quinto e último julgamento, a pena foi reduzida a quinze meses de cárcere e uma multa alfandegária de 165.000 euros, sendo justificada esta mudança pelo fato de não terem encontrado indícios de droga no seu carro. Porém, dita sanção se prolongou até vinte e sete meses de encarceramento pela impossibilidade de liquidar a penalização econômica. Em nenhum dos julgamentos lhe foi entregue qualquer tipo de documentação, tornando o procedimento judicial um terreno incerto para Rita e fecundo às relações entre o poder punitivo e os elementos probatórios de “verdade” sobre o caso.

A entrada no centro penitenciário

Diante dos olhos de Rita se erguia o prédio. Um corredor central conectava os três quartos. Em cada quarto moravam entre 25 e 27 mulheres, a maioria marroquinas, ainda que não todas. As portas dos

quartos eram feitas de grades de ferro maciço, com amplos orifícios nas suas ferraduras, nos quais se acoplavam grandes chaves também de ferro. As janelas, cobertas com uma armação de barras metálicas e vidros opacos, estavam fixas, algumas sempre permaneciam abertas e outras, por contra, sempre fechadas. “Não se via o exterior através das janelas, no inverno fazia frio pelas abertas e no verão calor pelas fechadas”, diz Rita. O chão era de mosaico, estampagem que se estendia até o banheiro, um por quarto. O banho dispunha de três latrinas construídas uma do lado da outra, equipadas com uma torneira e um balde de plástico cada uma. A água sempre saía fria, salvo duas horas por semana que a água esquentava. O sistema elétrico, carente de tomadas, contornava as paredes brancas e o teto, de onde penduravam as lâmpadas que emitiam uma luz branca e brilhante, criando um clima neutro no local. Na chegada à instituição carcerária, Rita ficou impactada de ver tanta gente no mesmo quarto, mas pensou “que era um equívoco e que sairia rápido de lá”.

Presídio feminino de Tetuão, Marrocos. Às 6h30 foram acesas todas as luzes do prédio. Rita abriu os olhos e contemplou ao seu redor, onde se encontravam as outras 25 mulheres deitadas nas camas. No espaço reduzido da cela, se alinhavam duas fileiras de beliches que formavam um pequeno corredor central para possibilitar o passo. No fundo, havia um banheiro. Rita saiu da cama e caminhou até o banheiro, o chão estava frio. Como cada manhã, entrou numa latrina, encheu o balde com água gelada e lavou seu corpo com o sabão em gel que seus irmãos mandavam mensalmente para ela. A água que vertia na cabeça escorregava pela sua pele branca até escoar no buraco da latrina.

Num canto do corredor, fora dos quartos, uma superfície retangular de mármore escuro com oito tomadas elétricas no seu contorno ser-

via de cozinha para as 80 detentas do prédio. Aos poucos, as tomadas iam sendo ocupadas por fogões elétricos fabricados com resistências circulares, sobre as quais pousavam as panelas; fogões trazidos pelas famílias das moradoras do presídio. “Oito tomadas para todas nós, sempre tinha treta”, lembra Rita. Sentadas no chão da cela, Rita e algumas outras companheiras preparavam os alimentos para cozinhar. Com cartões telefônicos cortavam os legumes sobre pratos de plástico, já que “estavam proibidas as facas”. Surpreendentemente, o presídio não proporcionava nem comida nem utensílios de cozinha. Por isso, o trânsito de familiares e conhecidos era crucial para a aquisição de comida, panelas, talheres, copos e pratos de plástico dentro do prédio.

Os intercâmbios afetivos, econômicos e materiais — se é que cabe distinguir categoricamente entre eles —, conformavam uma rede de relações que transcendia a estrita separação entre o dentro e o fora da prisão (PADOVANI, 2015). O interior do Centro Penitenciário feminino de Tetuão se conectava com a rua por meio de múltiplos processos de agenciamento com o exterior do cárcere. Estas tramas do dentro/fora e os fluxos que as subjazem mostravam que a rigidez dos muros da gaiola apresentava, em algum ponto, permeabilidades, permitindo-nos repensar seus limites. Através dos vínculos familiares e afetivos, as trajetórias de vida dos sujeitos encadeavam-se umas nas outras, formando complexas redes nas quais os trânsitos de alimentos, roupas, pratos, copos e produtos de higiene, entre outros, abriam brechas no concreto dos paredões do presídio. A experiência prisional de Rita vazava o limite das paredes da penitenciária. O sabão em gel que ela usava diariamente para assear-se e as roupas que vestia carregavam a fragrância de seus irmãos, cujas vidas também estavam atravessadas pelo aprisionamento de Rita. Assim, o panelão de comida na cela de Rita se conectava não só com o pacote que seus irmãos

enviavam por correio, senão também com todas aquelas vidas que confluíam na vivência cotidiana do dentro/fora do presídio. Portanto, a materialização das trocas remete a múltiplas camadas de presença, desde trânsitos afetivos, remessas de dinheiro ou produtos básicos, até os processos de rotinização do Estado e as relações diplomáticas bilaterais entre Marrocos e Espanha que constituem a vivência na cadeia.

Rafael Godoi (2010) analisa os “vasos comunicantes” que fazem denexo entre a prisão e outros territórios. De acordo com o autor, os sujeitos encarcerados em centros penitenciários externos ao país de origem e as redes transnacionais de agentes influenciados pelo processo prisional complexificam o mapeamento dos efeitos do encarceramento. Neste ponto, poderíamos pensar que o nível de afetação pelo universo prisional é incalculável, já que nele se articulam as diferentes esferas da “rede transnacional de governamentalidade” (FERGUSON, 2006). Tomando emprestado o conceito de “vasos comunicantes” de Godoi (2010), considero estas conexões mediadoras das ordens e agências prisionais intermuros. Os canais de comunicação derivam das visitas, das relações com policiais e outros funcionários, da entrada de pacotes e sacolas com alimentos, roupas e produtos higiênicos, mas também dos telefones celulares que as detentas conseguiam e pelos quais se conectavam com o exterior do presídio. A vinculação entre os cotidianos de mulheres presas, familiares, amigos, funcionários, comerciantes dos arredores, burocratas, cónsules, juízes e reis constituem o processo de (des)fronteirização no enredo prisional do caso de Rita. Juntamente a tais agentes, as redes se articulavam com documentos oficiais, suportes materiais, financeiros e afetivos que produziam e sustentavam tais vínculos.

Nas tramas das relações

A gestão da pena se articula por meio de várias tecnologias disciplinares (FOUCAULT, 2012). O encerramento obrigatório dentro dos presídios, distribuídos espacialmente em celas diferenciadas e em espaços territorializados, classifica as detentas no interior de uma malha de relações de poder que produz vastas hierarquias entre os diferentes agentes que transitam pelo dentro/fora do presídio. As vigilâncias constantes por parte dos funcionários do presídio, os estritos horários de fechamento das celas, o racionamento de água quente, a escassez alimentar e a privação de relações sexuais são alguns dos dispositivos de regulamentação dos corpos no árduo cenário carcerário. A fixação de uma economia do tempo e de limites espaciais configura a arquitetura do presídio e produz processos de diferenciação entre as presas.

O contato com o caso de Rita permite analisar algumas relações que se estabelecem entre os diferentes agentes que transitam pelo presídio feminino de Tetuão: as mulheres encarceradas, as funcionárias, os guardas de segurança, a direção e os familiares e conhecidos. Tais interações configuram uma teia de vínculos entre o dentro e o fora da prisão, através da qual a fronteira prisional vai adquirindo porosidades num interior/exterior nem sempre reconhecível. Se bem o dentro e fora do presídio se mostrem rígidos através dos seus paredões e janelas opacas, a circulação de afetos e “substâncias compartilhadas”, para usar as palavras de Janet Carsten (2014), indica as linhas de fuga pelas quais se movimentam as intensidades e os fluxos de carinho, ajuda e estimulação nos enredos da vida cotidiana.

Rita compunha o círculo de mulheres sentadas no chão de sua cela em torno de uma grande panela de alumínio. Uma companheira ia entregando, com as mãos, um pedaço de frango a cada uma delas. “As

que tinham dois pratos ofereciam para as que não tinham ou, então, compartilhavam o mesmo”, explica Rita. Algumas bebiam a água que escorria da torneira e comiam com as mãos, outras, como Rita, conseguiam comprar garrafas de água do exterior, que recebiam regularmente. Rita tinha um copo de vidro, um garfo e uma colher de alumínio que guardava “como um tesouro”. Entre gargalhadas, Rita me conta que roubava os talheres das funcionárias. Os produtos do exterior do cárcere recebidos pelas presas estabelecia diferenças significativas que determinavam os recursos econômicos ou a disponibilidade de uma rede familiar e afetiva próxima, mas, ao mesmo tempo, ocasionava políticas de solidariedade e processos de agenciamento entre indivíduos em privação.

Cada semana, Fátima — a irmã caçula de Naima, uma das companheiras de cela de Rita — cozinhava e levava para a penitenciária diversos pães. Fátima morava num povoado rural junto a sua família, onde amassava a farinha até adquirir um formato redondo, conhecido como *khobz*. Logo introduzia as formas num forno a lenha situado do lado de fora da sua casa construída com chapas de metal. Através das visitas à prisão, nomeadas como *ziarah*², Fátima alimentava sua irmã e outras presas próximas. A vida de Fátima se encontrava profundamente atravessada pela cadeia, tanto nos afetos que eram depositados nesses trânsitos como nas pequenas remunerações que algumas detentas trocavam pelo pão, como Rita, que comenta ser “o melhor pão que comeu na vida”. O pão de Fátima ocupava um lugar central na organização social da cela e repercutia no percurso da experiência carcerária das detentas. Esses alimentos trazidos do exterior mobilizavam vias de solidariedade entre as visitantes e as companheiras do presídio. As

2. A palavra *ziarah* era usada para se referir às visitas de familiares e amigos. Tais encontros abasteciam as presas de sacolas com alimentos e outros objetos.

condições de precarização da vida, modeladas pelo dispositivo carcerário, eram apaziguadas pelas sacolas procedentes do exterior, sendo um fator relevante na constituição de relações entre as presas e na materialização das porosidades intermuros.

Natália Padovani (2015, p. 31) alerta como as redes afetivas vivenciadas a partir da experiência prisional intervêm nas trajetórias dos sujeitos no dentro/fora da prisão e anunciam “espaços privilegiados de agência e regulação” ou, ainda, “formas de vivenciar liberdades a partir da instituição prisional” (2015, p. 35). Assim, as trocas financeiras e afetivas operam cotidianamente como suportes de vida e, diversas vezes, extravasam os laços consanguíneos do que se entende como família. Afetos, ajudas e solidariedades veiculadas nesses agrupamentos tecidos através da experiência prisional, enredam vidas a despeito dos elos entre o cumprimento da pena e a projeção de liberdade.

Os processos dolorosos do encarceramento vão sendo compartilhados dia após dia por meio de múltiplas trocas. Fazendo referência à teoria de Janet Carsten (2014) sobre o “espassamento” e a “diluição” do parentesco através das “substâncias” entrelaçadas nos fluxos e intercâmbios intrínsecos ao presídio, Padovani (2015) já apontou que tais “substâncias” se referem ora a objetos concretos — como comida, dinheiro, sabão ou lugar de moradia —, ora a outras substâncias que produzem materialidade — como afetos, ajuda mútua, memórias, emoções e pensamentos. Ainda, a presença e troca de “substâncias” entram em jogo na convivência dos sujeitos e coletividades intrincados nas travessias penais, modificando as vivências corporais e relacionais subjetivas da prisão. Padovani (2015, p. 48) afirma:

No fim da visita afinal, o portão bate nas costas de quem sai e diante dos olhos de quem fica. Neste duro instante, a prisão parece ser nada

porosa. Mas é nesta saída/permanência que está a “pequena fenda” por onde dentro e fora se entrecruzam. Quem deixa a prisão ao final da pena, carrega-a por meio dos vínculos que passam a alinhar as vidas.

Neste registro, a prisão é produtora de políticas de amizade e cuidado frente ao sofrimento, à solidão e à saudade vivenciada, emoções que irão se estender inclusive após o cumprimento da pena. As redes de solidariedade articuladas nas instituições prisionais têm sido um tema recorrente em pesquisas sobre trocas afetivas e cárcere, onde conjuntamente aparecem outras dimensões no emaranhado das relações prisionais tingidas de desafetos, abusos de poder e uso de privilégios marcados por processos de diferenciação e hierarquização.

Rita conta sua história usando as palavras em árabe que aprendeu no presídio, algumas são palavrões que circulavam pelos corredores nos momentos de tédio em que o ponteiro do relógio parecia não avançar. A língua árabe que se falava no presídio era traduzida e interpretada nas relações entre as detentas. A cada dia que passava Rita desejava voltar para sua casa na Espanha, perto de sua família e amigos. Para Rita, isso era uma das marcas cardinais que a diferenciava das outras companheiras de presídio e lhe dava forças para ignorar os constantes insultos e brigas. O passaporte espanhol e seu lugar de origem a colocavam numa posição onde existia, para ela, um futuro que aspirava cada noite quando, às 23h em ponto, se apagavam as luzes do presídio. O futuro de voltar. O desejo de retornar para Espanha — território que, para Rita, constituía um lugar de conforto diante da situação em que se encontrava —, apaziguava a raiva que sentia no meio ao tumulto das brigas diárias. Assim, Rita criou seus mecanismos e condutas, aprendendo a ignorar os insultos dirigidos a ela como forma de agenciar seu bem-estar durante a travessia.³ Tais pensamen-

3. Da mesma maneira que as autoras chicanas (ANZALDÚA; MORAGA, 1981)

tos, baseados na reafirmação de diferenças e assimetrias históricas entre pertencimentos geopolíticos, possuíam o peso dos privilégios engendrados por processos de territorialização que se faziam presentes. No interior de uma trama de legibilidade/ilegibilidade onde a pena frente à infração da lei é considerada legítima pelos mecanismos de consagração da mesma, Rita aciona narrativas que a vinculam a uma “boa cidadã espanhola” para alcançar uma suposta legibilidade civil ou “civilizada”. Para ela, evitar as brigas dentro do presídio a tornaria mais respeitável pelos agentes de governo, neste caso as funcionárias, produzindo o que Foucault (2012) chamou de reconhecimento da regra e prevenção do “contágio moral” por uma vigilância ativa.

A maioria das mulheres que habitava o presídio de Tetuão era de origem marroquina. Um pequeno número de mulheres como Rita provinha de Estados europeus, como Espanha, Portugal ou Itália. A nacionalidade apresentava-se como um relevante marcador social da diferença que, na interseção com outros processos de territorialização subjetivos e existenciais, criavam uma rede de relações entre os agentes do dentro/fora da prisão. O fato de ser espanhola despertava em Rita a segurança de que, caso não se envolvesse em problemas, um dia retornaria para o seu bairro periférico de Torre-romeu, posicionando-a num lugar de conforto em relação às presas originárias de Marrocos. Em seu relato, é remarcada a distinção entre as condições dos presídios espanhóis, segundo ela, equipados com academias e bibliotecas e, por contra, a carência estrutural do presídio feminino de Tetuão. Ademais, Rita percebia a situação de precariedade do presídio enquanto

utilizam o termo “travessia” para contar sobre suas experiências de passagem entre culturas, línguas e territórios distintos encarnados nos seus corpos, adapto o sentido desse conceito para me referir ao caminho de Rita, desde sua história pregressa de vivências acumuladas nos subúrbios espanhóis até o cruzamento da fronteira entre Ceuta e Tetuão e seu processo de cumprimento da pena ditada pelo juiz.

uma característica geral do Marrocos, como se o país inteiro fosse um aprisionamento desprovido do que ela entende por liberdade.

A etnografia *Nem dentro, nem fora das prisões*, escrita por Bruna Bumachar (2016), sobre a experiência prisional de estrangeiras na Penitenciária Feminina da Capital em São Paulo, contribui enormemente na análise das tensões pelas posições assimétricas de poder e nas formulações das diferenças de nacionalidade e raça. Baseando-se na ideia de que “certos fluxos conformam as fronteiras prisionais e transnacionais que não são nem dentro, nem fora, mas ao longo de múltiplos ‘dentros’ e ‘foras’ ” (2016, p. 61), a autora se interessa pelo modo como as estrangeiras vivenciam o dentro/fora da prisão numa produção de interfaces onde fluxos e fronteiras se diluem e entrecruzam formando margens, muros e porosidades.

Inspirada por Bumachar (2016), gostaria de remarcar, através dos processos de subjetivação de Rita, a impossibilidade de separar fronteiras e trânsitos. As distâncias e proximidades são tecidas por meio das configurações relacionais entre Rita e os outros, entre estar dentro e fora desses *intermezzos* de caráter provisório, contraditório e ambíguo. Ser “espanhola” no presídio de Tetuão embaralha categorias de diferenciação articulando noções de nacionalidade, raça, gênero e classe que são negociadas, comprometidas e ressignificadas constantemente em função das possibilidades, agências, necessidades e interesses. Dito de outra forma, longe de ser um princípio de unidade cultural interna, a nacionalidade se perfaz na confluência de outros eixos de diferenciação (BRAH, 2011) que, ao se imbricarem entre eles, moldam as relações sociais, a subjetividade, a identidade e a própria experiência prisional. Assim, a materialidade dos limites prisionais e transnacionais é modulada em função das (inter)ações dos agentes com as políticas de gestão envolvidas nessa trama.

O tempo da pena aparece na narrativa de Rita como um vetor que precisa ser morto a qualquer custo. “Lá se mata o tempo brigando”, “lá as pessoas se matam por uma pílula”, afirma. Se o período dentro das grades é percebido como desmerecedor de vida e, de alguma forma, ilegítimo ou indigno, os mecanismos de proscricção temporal, seja nas brigas diárias entre detentas ou em outros métodos de manipulação do tempo, como os processos de medicalização ou consumo de drogas, descortinam as agências políticas que Rita e as outras presas manifestam frente aos regimes carcerários de fiscalização. Então, sepultar o tempo da pena traz consigo inúmeras rixas, bate-bocas, duelos, pensamentos da e na diferença e, inclusive, prolongados estados de letargia possibilitados pela ingestão de fármacos ou drogas. Talvez nessas dobras, os espaços de existência das presas se sincronizam temporalmente com o exterior do presídio, permutando constantemente os sentidos e as possibilidades de habitá-los.

A economia das trocas e chantagens

A circulação de remunerações econômicas, juntamente a rotinas de intimidações, abusos e rapinagens que movimentavam os bens providenciados nos múltiplos interiores e exteriores do presídio constituíam o funcionamento cotidiano do Centro Penitenciário feminino de Tetuão, estabelecendo certas relações de poder entre as presas, as funcionárias e os membros da direção, ou entre as próprias presas. Porém, as propinas em dinheiro não constituíam a única moeda de troca. As trajetórias das detentas eram atravessadas por espaços fronteiriços onde legalidades e ilegalidades iam sendo negociadas permanentemente. Tais trânsitos do formal e do informal, do lícito e ilícito, descortinavam uma verdadeira economia política nos intervalos tecni-

dos por relações prisionais e redes de ajuda.

“Sabe o que faziam algumas presas? Preparavam a comida das funcionárias com o que suas famílias traziam para elas comerem. Por obrigação! As funcionárias eram muito más”, coloca Rita. A raiva toma posse na fala de Rita na medida em que vai contando como as funcionárias removiam suas comidas, roupas e demais objetos pessoais. As contínuas inspeções que realizavam sobre as posses das presas atormenta a memória vivencial de Rita. “Eu as mandava ir à merda, não queria cozinhar para elas”, comenta Rita irritada, “mas roubavam meus utensílios de cozinha, porque minhas panelas eram melhores, e me deixavam sem nada, eram más”. A fala de Rita faz referência à “maldade” das funcionárias como “um maltrato psicológico frequente e desgastante”. Os subornos e ameaças constituíam uma peça-chave nessa engrenagem social que, juntamente aos acordos pactuados, significavam os vínculos que se produziam em tal contexto.

Cada mês Rita recebia um pacote da Espanha, uma caixa enviada pelos seus irmãos. Por ser de papelão, o pacote era chamado de *cartona* e costumava conter alguma peça de roupa como um moletom, um pijama, meias ou calcinhas, chinelos, um frasco de sabão em gel de 2 litros e creme hidratante. Quando Rita ia procurar o embrulho na sala de recepção dos envios externos, “já faltava metade das coisas”. Rita explica com detalhe as negociações com as funcionárias, que aconteciam mensalmente no momento de recolher a *cartona*. Afirma:

Eu pensava: — os meus irmãos estão me mandando isto [o pacote], gastando uma grana comprando tudo para que logo essas [as funcionárias] levem! Me chegava um gel e ela me dizia: — me dá esse gel. E eu dizia: — e com o que eu vou me lavar? Então, eu falava para a funcionária: — você agora vai sair pela porta e poder comprar o que você quiser, mas eu estou aqui dentro e tenho que me lavar com este sabão. Se eu te dou ele, com que eu me lavo? — Se você não

dava, elas já te marcavam.

Neste ponto da interlocução, decido perguntar a Rita a que está se referindo quando comenta que as funcionárias “marcavam” algumas detentas. Rita aclara essa parte me explicando que as represálias por não oferecer um bem pessoal às funcionárias podiam ser de vários tipos como, por exemplo, não sair para o pátio nas horas permitidas ou ser incomodada no momento das refeições através de imposições para expropriar a comida que dispunha. Então, na experiência de Rita, as consequências de negar uma petição das funcionárias incidiam sobre a gerência capilar da penitenciária e se fundamentavam no maltrato, cunhando uma política de fechamento e abertura constante na dinâmica inter/intramuros. Assim, as negociações entre presas e funcionárias iam se dando através de acordos precários, efêmeros contratos de aliança ou inimizade, constituídos por múltiplas contradições dificilmente catalogáveis por meio de posições relacionais rígidas.

Pradeep Jeganathan (2004) descreve os postos de fiscalização no contexto do Sri Lanka e define o termo *checkpoint* como as práticas governamentais de registro, ou seja, tecnologias de controle constitutivas dos dispositivos de Estado e de suas margens. Me inspirando nos apontamentos do autor para pensar a arquitetura prisional, pressuponho que as passagens de controle fronteiriças entre Espanha e Marrocos, que aparecem nítidas na alfândega de Ceuta, reproduzem uma fantasia de lembrança e antecipação da violência onde tais postos passam a ser percebidos como dispositivos de segurança cruciais no funcionamento paradoxal dos processos de fronteirização/desfronteirização geopolíticas e econômicas.

Os postos de migração, os controles fronteiriços que interceptam a circulação de sujeitos e mercadorias em certos pontos das rodovias, os agentes de governo encarregados de solicitar documentação de identi-

dade em portos, aeroportos e delegacias, juntamente aos registros das substâncias que chegam em sacolas e pacotes de papelão até o presídio feminino de Tetuão, suturam alguns dos limites fronteiriços entre Espanha e Marrocos. A partir de regimes de gestão dos corpos, alguns *checkpoints* como as alfândegas ou controles migratórios, demarcam sobre o mapa os limites do Estado. Outros postos de verificação e checagem “estão localizados, talvez, não nas fronteiras do estado, mas em suas margens fluidas e em deslocamento. Neste sentido, a própria existência de um *checkpoint*, como uma entidade operacional e um conceito, desafia a clareza da fronteira, desfocando seus distintivos”⁴ (JEGANATHAN, 2004, p. 75). A construção de territórios de vulnerabilidade limítrofes permite que os *checkpoints* inseridos nos processos de Estado possam agir a partir de quadros operacionais próprios, nem sempre normativos nem legais. Portanto, através de práticas de governamentalidade, os momentos de verificação podem ser entendidos como zonas morais que condicionam a circulação de pessoas e elementos materiais.

Os postos de fiscalização governam a entrada/saída dos pacotes que circulam pelo Centro Penitenciário de Tetuão. Nestes registros, o mesmo *checkpoint* pressupõe o trânsito de substâncias e antecipa sua ilegalidade por meio de uma localização marginal. As margens fluidas e variáveis do Estado, às quais se refere Jeganathan (2004), se estendem até os pontos de controle prisionais que, inter-relacionados com as substâncias e os sujeitos, inauguram espaços limiares. Dessa maneira, tanto as presas, seus familiares e amigos, como as funcionárias e outros agentes de fronteira, são afetados pelas práticas dos *checkpoints* sobre a circulação de produtos que entram/saem do presídio. O pacote de Rita mandado pelos seus irmãos desde Torre-romeu,

4. Tradução minha.

periferia da Espanha, atravessa pontos de fiscalização fronteiriços, consulares e prisionais. No último posto, as funcionárias extraem dele uma parte do conteúdo. Assim, os *checkpoints* se mostram como pontos nevrálgicos onde os processos de estatização garantem a circulação de narrativas, a produção de relações e as condições de revista. Esses processos de produção de entrelaçamentos entre o dentro e o fora criam os discursos e as práticas das instituições prisionais.

O tempo da pena é compartilhado com a espera da *cartona* que, simultaneamente, nos remete ao *checkpoint* por atuar como mediador móvel das margens do Estado. Esta substância contém as marcas postais do Estado espanhol e o carimbo do Consulado de Espanha em Tetuão, expondo os rígidos limites burocráticos das fronteiras nacionais entre Espanha e Marrocos. O caminho do pacote e o processo condenatório que Rita percorre produzem linhas de assujeitamento que a própria prática do *checkpoint* representa implicitamente. Constar como infratora perante a lei aduaneira de trânsito de mercadorias e não ter condições econômicas para a liquidação da multa alfandegária coloca Rita numa posição de “inimizade” frente aos órgãos fiscais do Estado. A função dos *checkpoints* é evocar reiteradamente tais memórias e, a partir do controle dos movimentos de dentro/fora do presídio, assujeitá-la a formas antecipadas de ilegalidade, ilegitimidade ou, inclusive, violência.

No vaivém da travessia

Nesses fragmentos de situações experimentadas por Rita, observamos como os processos de diferenciação operam sobre os corpos a partir de distinções de nacionalidade. O uso do termo diferenciação como uma figura aplicável a formações sociais específicas nos

permite analisar como as tecnologias de gestão do corpo agem e impactam sobre Rita. Pressupondo a fronteira em questão como uma tecnologia política na qual seu poder não é algo dado *a priori*, senão que constituído incessantemente nas relações que a subjazem, os processos de estatização articulados pelas suas instituições legais, jurídicas, políticas e sociais definem a (i)legitimidade das posições e o reconhecimento/ausência de direitos dos corpos nos territórios intrincados. O processo de diferenciação de Rita gravita num vaivém, ora embranquecendo sua passagem pela cadeia na articulação dos privilégios derivados da cor de pele e da nacionalidade, ora precarizando sua vida nos episódios de violência institucional ocorridos durante a sua travessia. Os cenários de fronteira entre Marrocos e Espanha se deslocam da linha divisória entre dois Estados-nação para incorporar-se nos intervalos da cotidianidade, num *continuum* de porções de vida que vão do bairro periférico de Torre-romeu até os mais profundos atravessamentos no corpo e nas relações de Rita no presídio.

Habitando inúmeras fronteiras, a potência da personagem de Rita é precisamente nos revelar que os jogos de poder não seriam representados por dois planos opostos e preestabelecidos na imagem do opressor e do oprimido. Pelo contrário, as relações se mostram bem mais esfaceladas, fragmentadas e ruidosas por estarem os indivíduos sujeitados a certos poderes e, ao mesmo tempo, providos de certas influências de forma desigual e contingente. As contradições e ambiguidades que envolvem a figura de Rita e sua vivência fazem parte dos processos de constituição de uma passagem fronteiriça entre Espanha e Marrocos, ora aparecendo rígida, ora se mostrando porosa. As substâncias que entram no presídio, como água engarrafada, garfos, colheres, copos, comida, absorventes, roupas, medicamentos, produtos de higiene e outros recursos político-econômicos, juntamente às oscila-

ções seletivas dos níveis de violência e permissividade, conformam os vetores num diagrama de relações intermitentes entre os agentes que transitam pela margem fronteiriça hispano-marroquina do Centro Penitenciário feminino de Tetuão.

Os espaços de fronteira que aparecem na travessia de Rita se mostram contingentes, variados e incongruentes pelas transformações constantes que se dão nas distâncias e proximidades entre os muros do dentro e fora do presídio. A própria configuração de fronteira agita a segregação em múltiplos planos — tanto distrital, estatal, nacional, como também corporal, familiar e prisional. Nessas infinitas dobras, os laços e as contendas fazem flutuar os limites físicos, simbólicos, morais e, inclusive, ontológicos entre as diferentes urdiduras de relações. O aparelho prisional articula e regula os trânsitos dos sujeitos que o compõem a partir de processos de diferenciação que colocam os sujeitos em posições assimétricas. No interior de políticas de aprisionamento e criminalização, a gestão do corpo de Rita é produzida nas múltiplas intersecções entre “prisão” e “liberdade”, às vezes abstratas, tensionadas nos intervalos da cotidianidade das práticas de governo. Dentro da arquitetura prisional, a capilaridade do Estado se materializa na justaposição das trajetórias corporais. Assim, os processos de diferenciação por gênero, raça, nacionalidade, geração, língua e laços familiares enredados nesse contexto se entrelaçam com a produção de relações na experiência de encarceramento de Rita.

A partir da navegação pela narrativa da interlocutora, observamos como em situações de precariedade, Rita serve-se de algumas relações de poder para levar a cabo eventuais agenciamentos que assegurem sua vivência. Essas dinâmicas aparecem também tingidas de espaços de troca, solidariedade e afetos, possibilitando formas práticas de transitar pelos limites territoriais e existenciais das fronteiras. A

circulação pela fronteira hispano-marroquina de Ceuta e Tetuão conjuga diversos regimes de governamentalidade e práticas punitivas sobre certas mobilidades de pessoas e mercadorias nos limites de ditos Estados. O relato de Rita embaralha categorias estáticas, instigando eixos de análise frutíferos para o mapeamento da fronteira entre Espanha e Marrocos. A produção de postos de fiscalização fronteiriça flutua nas margens dos Estados-nação, nem sempre localizados nas divisórias entre os países, senão espalhados num leque de conjunturas que se estendem até delegacias, tribunais e controles nas saídas e entradas de substâncias no Centro Penitenciário feminino de Tetuão. Nesse diagrama de circulações, os processos de (des)fazer fronteira se materializam em múltiplas camadas de relações, trocas e agências emaranhadas à travessia de Rita, a um só tempo, prisional e transnacional.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherríe (eds.). *This bridge called my back: Writings by radical women of color*. Watertown, Massachusetts: Persephone Press, 1981.

BRAH, Avtar. *Cartografias de la diáspora: Identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BUMACHAR, Bruna. *Nem dentro, nem fora: A experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 103-118, jul./dez. 2014.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre

gênero, globalização e punição. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 523-531, jul.-dez. 2003.

FERGUSON, James. Transnational topographies of power. In: FERGUSON, James. *Global shadows: Africa in the neoliberal world order*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 89-122.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint: Anthropology, Identity and the State. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 67-80.

PADOVANI, Natália. *Sobre casos e casamentos: Afetos e 'amores' através de penitenciárias femininas de São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

VIANNA, Adriana. Etnografando Documentos: Uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014, p. 43-70.

Resumo:

A posição confinante das águas do mar Mediterrâneo torna a fronteira entre Espanha e Marrocos não apenas uma localização geopolítica, senão um território onde se produzem, no seu cotidiano, relações, demarcações, fraturas e porosidades entre espaços, sujeitos e modos de vida. Neste artigo, proponho contemplar os diversos processos de fazer e desfazer a fronteira hispano-marroquina a partir da trajetória de Rita — principal interlocutora —, uma mulher espanhola encarcerada no Centro Penitenciário feminino de Tetuão, Marrocos. Ao considerar tal prisão como uma passagem da fronteira hispano-marroquina em si mesma, vou tecendo um diagrama de circulações, agências e cruzamentos entre métodos punitivos e eixos de diferenciação que compõem e alteram constantemente o seu espectro.

Palavras-chave: Fronteira; Cárcere; Espanha; Marrocos.

Abstract:

The confining position of the waters of the Mediterranean Sea make the border between Spain and Morocco into not only a geopolitical location, but also a territory that — on a daily basis — produces relationships, demarcations, fractures, and porosities between spaces, subjects, and modes of being. In this article, I contemplate different processes of making and unmaking the Spanish-Moroccan border through an examination of the personal trajectory of Rita, the study's primary interlocutor. Rita is a Spanish woman currently imprisoned at the female Penitentiary Center in Tétouan, Morocco. By considering the prison as an extension of the Spanish-Moroccan border in and of itself, I aim to weave a diagram of circulations, agents, and crossings among the multiple methods of punishment and the axes of differentiation that compose and alter the border's specter constantly.

Keywords: Border; Prison; Spain; Morocco.

Recebido para publicação em 26/04/2018.

Aceito em 07/08/2018.